EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA, CNPJ 06.554.869/0001-64, com endereço à Rua Clodoaldo Freitas, 664, centro, Teresina – PI. Torna público que foi concedida, pela Secretária do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMAR/PI, a renovação da licença ambiental do tipo **Licença de Instalação** para construção da Ponte Estaiada sobre o Rio Poti, que interligará a Av. Dom Severino e Alameda Parnaíba.

P. P. 17279

**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO
SEGUNDA CÂMARA RECURSAL**

PROCESSOS CCE Nº: 158/2002.

AUTOS DE INFRAÇÃO Nº: 27582.

RECORRENTE: JOÃO BATISTA JOSÉ DE LIMA
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RELATOR: CONSELHEIRO ORLANDO BARBOSA PAZ FILHO

ACÓRDÃO Nº : 122/2005.

EMENTA: ICMS. OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. LEVANTAMENTO CONTA MERCADORIA. PRESUNÇÃO LEGAL. INVERÇÃO DO ÔNUS PROBANTE PARA O CONTRIBUINTE. I-A constatação, pelo Fisco, de ocorrências que indiquem omissão da receita, através de levantamento financeiro, é uma presunção legal juris tantum da alínea “b”, do inciso IV do parágrafo 4º do art. 64 da Lei 4.257/89, que admite prova em contrário e ocasiona a inversão do ônus probante para o contribuinte. II-A apresentação de cópias do Livro Registro de Apuração constitui prova hábil a elidir incorreções de valores do Mapa roteiro Nº 14 - Conta Mercadorias. RECURSO CONHECIDO, MAS NÃO PROVIDO, para manter a decisão recorrida 260 e considerar procedente, integralmente, o Auto de Infração 27582.

Sala das Sessões do Conselho de Contribuintes do Estado, em Teresina, 24 de outubro de 2005.

Getúlio Cavalcante - Conselheiro-Presidente
Orlando Barbosa Paz Filho - Conselheiro-Relator
Emanuel Pacheco Lopes - Conselheiro
Miguel Barradas Sobrinho - Conselheiro
Flávio Coelho de Albuquerque - Procurador do Estado

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCESSO DE RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 031/2003
PROCESSO ORIGINAL: 301.02019/2001.
SEGUNDA CÂMARA.
RECORRENTE: AQUARIUS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL.
RELATOR: CONSELHEIRO EMMANUEL PACHECO LOPES.

ACÓRDÃO Nº 123/2005.

EMENTA:
OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. FALTA DE RECOLHIMENTO DE ICMS EM SAÍDAS DE MERCADORIAS. FATO COMPROVADO ATRAVÉS DA APLICAÇÃO DO LEVANTAMENTO ESPECÍFICO DOCUMENTAL DE MERCADORIAS. CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DOS RECURSOS IMPOSTOS.

RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO, COM A CONSEQÜENTE MANUTENÇÃO DO JULGADO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA. DECISÃO UNÂNIME.

Sala das Sessões do Conselho de Contribuintes do Estado do Piauí, em Teresina, 24 de outubro de 2005.

Getúlio Cavalcante – Presidente
Emmanuel Pacheco Lopes – Conselheiro e Relator
Orlando Barbosa Paz Filho – Conselheiro
Miguel Barradas Sobrinho – Conselheiro
Flávio Coelho de Albuquerque – Procurador do Estado

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCESSO DE RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 090/2003
PROCESSO ORIGINAL: 301.02018/2001.
SEGUNDA CÂMARA.
RECORRENTE: AQUARIUS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL.
RELATOR: CONSELHEIRO EMMANUEL PACHECO LOPES.

ACÓRDÃO Nº 124/2005.

EMENTA:
OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. FALTA DE RECOLHIMENTO DE ICMS EM SAÍDAS DE MERCADORIAS. FATO COMPROVADO ATRAVÉS DA APLICAÇÃO DO LEVANTAMENTO ESPECÍFICO DOCUMENTAL DE MERCADORIAS. CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DOS RECURSOS IMPOSTOS.

RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO, COM A CONSEQÜENTE MANUTENÇÃO DO JULGADO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA. DECISÃO UNÂNIME.

Sala das Sessões do Conselho de Contribuintes do Estado do Piauí, em Teresina, 24 de outubro de 2005.

Getúlio Cavalcante – Presidente
Emmanuel Pacheco Lopes – Conselheiro e Relator
Orlando Barbosa Paz Filho – Conselheiro
Miguel Barradas Sobrinho – Conselheiro
Flávio Coelho de Albuquerque – Procurador do Estado

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCESSO DE RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 163/2002
PROCESSO ORIGINAL: 346.908/2000
SEGUNDA CÂMARA
RECORRENTE: STILLOS MÓVEIS LTDA
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RELATOR: CONSELHEIRO EMMANUEL PACHECO LOPES

ACÓRDÃO Nº 125/2005

EMENTA:
OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. SAÍDAS DE MERCADORIAS SEM EMISSÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS DE VENDA E CORRESPONDENTE RECOLHIMENTO DO ICMS INCIDENTE. INFRINGÊNCIA AOS ARTS. 1º, “CAPUT” E 2º, I, DA LEI 4.257/89, C/C ART. 166, § 4º, I, E XXII DO RICMS E ART. 1º DO DEC. 9.740/97.
COMPROVAÇÃO DA DIFERENÇA SUPRIDA POR MEIO DE RECURSOS FINANCEIROS CAPTADOS JUNTO AO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL.

RECURSO CONHECIDO E PROVIDO, NO SENTIDO DA IMPROCEDÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO 27.246.

Sala das Sessões do Conselho de Contribuintes do Estado do Piauí, em Teresina, 24 de outubro de 2005.

Getúlio Cavalcante – Presidente
Emmanuel Pacheco Lopes – Conselheiro e Relator